

ARNOLFO CARVALHO

11 JUL 1985 Da Editoria de Economia

Governo Sarney está à procura de uma linguagem uniforme na área econômica, de modo a facilitar a obtenção de apoio interno que considera indispensável para enfrentar a negociação com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores. Para isso a assessoria do Presidente instruiu os ministérios a afinarem suas políticas de divulgação de fatos e opiniões, respeitando as posições diferentes, mas evitando os desencontros e atritos que se tornaram mais freqüentes nos últimos dias.

O esforço a nível de comunicação tentará superar as divergências políticas e técnicas instaladas dentro do governo, principalmente em torno das posições do Ministério da Fazenda, impondo a "retórica oficial" quando se tratar de decisões tomadas pelo Presidente da República em matéria econômica. A instrução é para reservar as diferenças de opiniões à fase de debate que sempre antecede a tomada de decisões, evitando também que discussões internas sejam usadas publicamente como forma de abrir espaço político.

O subsecretário de Imprensa do Palácio, jornalista Frota Neto, vem sendo encarregado pela assessoria do presidente Sarney de "apagar o fogo" troçado entre as equipes do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento. "Apesar de alguns atropelos, que são naturais numa equipe em formação que está iniciando o trabalho, temos encontrado a melhor receptividade de todos os assessores de comunicação dos diversos ministérios" — garante, ressaltando que recebe orientação do secretário de Imprensa do Presidente, jornalista Fernando Cesar Messquita, em suas intervenções.

Alguns passos concretos já foram dados no sentido de tentar alguma uniformização da linguagem do governo nesta área. "Combinei com o Frota Neto que, a partir de agora, vamos nos comunicar diariamente pela manhã para tentar afinar nossas tarefas" — informou ontem o assessor de Comunicação Social do Ministério da Fazenda, jornalista Paulo Branco, ao condenar a prática das declarações em off (em que não aparece o nome da fonte).

a tabela do Imposto de Renda. O secretário especial de Abastecimento e Preços, João Luiz da Silva Dias, havia dado como certa a rejeição, pelo governo, da proposta da Sepplan para descongelar as tarifas públicas, quando logo em seguida o subsecretário de Imprensa da Presidência esclarecia que a decisão oficial era no sentido de fazer uma recomposição gradual daqueles preços das empresas estatais:

"O secretário da Seap não pode deixar de advertir a opinião pública, sob risco de enfraquecer a luta do governo contra a inflação" — explicou agora Paulo Branco, argumentando que faz parte das atribuições de Silva Dias esclarecer a população contra as especulações com o abastecimento, como foi feito com o caso do óleo de soja desaparecendo do mercado ou das manobras com o preço da carne. Fora isso, a questão das tarifas demonstrou que prevaleceu pelo menos parcialmente a posição da Secretaria de Planejamento.

"Da nossa parte não temos enfrentado nenhum problema de comunicação" — assegura o coordenador de Comunicação Social da Sepplan, jornalista Carlos Alberto Sardemberg, revelando que mantém a assessoria do Palácio "diariamente informada" do que está sendo feito e divulgado. A orientação do ministro João Sayad, reforçada após a decisão do pacote de ajustamento econômico no Palácio do Planalto, é evitar a troca de críticas entre as equipes técnicas da área econômica, mesmo porque seu órgão é uma secretaria da Presidência.

Sayad mandou também "evitar que os debates internos do governo se tornem públicos", preocupado com o tom das declarações divergentes entre sua equipe e os técnicos do Ministério da Fazenda ou Banco Central. Na realidade a posição da Sepplan tem sido mais confortável porque suas teses normalmente têm prevalecido, desde a questão dos juros até o nível dos cortes nos gastos públicos, e sua área atrito com as empresas privadas praticamente não existe por cuidar do médio e longo prazo, sem a atribuição de gerenciar, o dia-a-dia, que cabe à Fazenda.

Ele acha que parte da confusão dos últimos dias, com desencontros freqüentes entre o que sai da assessoria do Palácio do Planalto e declarações de autoridades econômicas, deve-se à prática institucionalizada das entrevistas em off. "As declarações em off, sobretudo quando a fonte é uma autoridade importante, só contribuem para criar atritos" — adverte, criticando principalmente "as declarações destinadas a obter resultados políticos, sem olhar o conjunto do interesse do governo".

Na terça-feira ocorreu um dos mais sérios incidentes de comunicação entre o Ministério da Fazenda e o Palácio, após o episódio da divulgação antecipada, pelo ministro Francisco Dornelles, da decisão presidencial de reajustar

Consultados sobre esta "inclinação pelas teses da Sepplan", assessores da Presidência da República asseguram que "têm prevalecido as determinações do presidente Sarney, nada mais". Acentuam ainda que não há expectativa de agravamento das divergências do ministro Francisco Dornelles com a orientação econômica, "mesmo porque o Presidente considera como um dos maiores trunfos da sua política a reversão da tendência da inflação, obtida em grande parte pelo Ministério da Fazenda". A parte disputas individuais por espaço político, que o Planalto quer conter dentro de níveis que não atrapalhem a imagem e a linguagem do Governo, estes assessores acreditam que "a equipe da Fazenda deverá adaptar às novas condições".